

A cabeça troféu Munduruku do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra: análise do objecto e os seus desafios

Sheila Mendonça de Souza¹
Maria do Rosário Martins²

¹ Departamento de Endemias Samuel Pessoa, Fundação Oswaldo Cruz / Escola Nacional de Saúde Pública e Departamento de Antropologia, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro
CEP 21041-210 Rio de Janeiro, Brasil
sferraz@ensp.fiocruz.br

² Museu Antropológico, Museu de História Natural da Universidade de Coimbra
3000-056 Coimbra, Portugal
martinsr@antrop.uc.pt

Resumo As cabeças humanas são utilizadas quer em rituais funerários quer como troféus de guerra e constituem objecto de estudo de grande interesse há mais de um século. Nos acervos de grandes museus as cabeças mumificadas pelos Munduruku têm destaque nas suas colecções, muito embora a maior parte delas nunca tenham sido estudadas detalhadamente. No Museu Antropológico da Universidade de Coimbra há uma destas cabeças, em bom estado de conservação, doada, cerca de 1855, por José Coelho da Gama e Abreu. No presente trabalho o exemplar é analisado em pormenor, inclusivé radiograficamente. Os dados empíricos, associados à revisão etnohistórica sobre este grupo indígena e as suas práticas culturais, proporcionaram informações concernentes ao contexto e ao modo de preparação de tais exemplares, à provável proveniência étnica do indivíduo, à sua condição física, à idade e ao sexo. Algumas dificuldades tiveram que ser superadas para uma proposta interpretativa de tal objecto antropológico, especialmente na medida em que os dados sobre o mesmo são escassos. Ficou comprovada a importância de uma abordagem interdisciplinar, integradora e crítica dos dados, e os resultados contribuíram tanto para a museologia quanto para a antropologia.

Palavras-chave Cabeças troféu; rituais funerários; técnicas de mumificação; Munduruku; Brasil; colecções etnográficas.

Abstract Human heads, including those used in funerary rituals or as war trophies have been the focus of academic interest for more than a century. In some large museums, mummified Munduruku heads were important components of

ethnographic collections, although most have never been studied in detail. At the Anthropological Museum at the University of Coimbra, there exists one such head, still in good condition, donated in 1855 by José Coelho da Gama e Abreu. This paper presents a detailed analysis, including radiological examination, of this rare specimen. Ethnographic reports on the Munduruku and their cultural practices, provide information about the way such heads were prepared, and this analysis provides empiric data on the probable ethnic provenience of the individual, his biological condition, and estimates of age and sex. Before the data could be interpreted, a number of challenges had to be overcome, owing to the incomplete nature of the information about the head. The study confirms the importance of interdisciplinary and critical approaches with the final results contributing significantly to museology as well as anthropology.

Key words Trophy heads; funerary rituals; mummification technical; Munduruku; Brasil; ethnographic collections.

Introdução

O estudo das cabeças troféu tem sido objecto de grande interesse, quer pela simbologia genésica do ritual e pela sua importância etnológica, quer pelas técnicas de mumificação utilizadas no seu preparo ou pelos aspectos da biologia humana e parasitária que podem ser elucidados a partir da sua análise.

A caça de cabeças e o culto das cabeças troféu são célebres nos rituais guerreiros encontrados em diferentes culturas e em diferentes períodos. Na América do Sul diferentes índios realizavam essa prática como forma de ganhar poder e de se imporem física e espiritualmente aos inimigos (Fausto, 2000). Grupos já desaparecidos como os Paraca e os Nasca do Perú, entre outros, realizavam esse ritual (Dérobert *et al.*, 1975). Outros que ainda são encontrados na Amazônia como os Jívaro, no Equador e os Munduruku, no Brasil, praticaram esse costume até ao final do século XIX e o testemunho da obtenção e da preparação de tais troféus encontra-se na documentação etnohistórica e etnográfica (Fausto, 2000). Apesar destas referências e de toda a mitologia Munduruku que cercou estes troféus, a maior parte deles coleccionados por particulares entre meados do século XIX e início do século XX, há poucos estudos das referidas peças (Rodrigues, 1882a; Ihering, 1907; Murphy e Murphy, 1954). Por esta razão, a análise de exemplares como a cabeça existente

no Museu Antropológico da Universidade de Coimbra, inclusivé com a verificação de autenticidade, é importante para ampliar o conhecimento sobre tais objectos, conhecer os detalhes da sua preparação, valorizando e caracterizando os acervos institucionais.

Esta cabeça cuja numeração no acervo do Museu é [Brasil], Br. 83, foi doada cerca de 1855, conjuntamente com outros objectos, por José Coelho da Gama e Abreu, acompanhada pelo seguinte documento manuscrito, existente no acervo documental do Museu Antropológico, sem indicação de autor:

«Cabeça mumificada pêlos índios Mundurucús. Os Mundurucús logo em seguida a uma batalha degolam a cabeça de um inimigo e mumificão-a, conservando-a como trophéu de guerra. Passão-lhe pelo alto da cabeça um longo cordão para trazê-la pendurada às costas ou a espetam na extremidade de um cajado ou lança. À cabeça inimiga mumificada dão-lhe o nome de “paxiuá-á” e ao cajado ou lança que a conduz “paxiuá-xenã = pau”. O cajado é no geral mais alto do que o índio. A tribo dos Mundurucús, a mais guerreira, vive na margem esquerda no alto do rio Tapajoz, na provincia do Pará e estende-se até ao rio Mauhé-assú, na provincia do Amazonas. O Tapajoz é affluente do Amazonas. Diz von Martius que quando o índio está passando na maloca (habitação), leva muitas vezes a cabeça mumificada debaixo do braço. À noite o cajado com a cabeça espetada é fixado no chão ao lado da rêde dos guerreiros. Nada pode induzir o guerreiro a desfazer-se deste trophéu antes de uma certa festa, depois da qual não lhe dá mais valor algum, sendo vendida ou mesmo lançada a um canto. Off. por J. Coelho da Gama e Abreu, em 1855, aproximadamente».

Trata-se de um objecto proveniente do Brasil, não sendo conhecidas, no entanto, as condições nas quais teria sido trazido para Portugal. Sabe-se, contudo, que José Coelho da Gama e Abreu, também conhecido como o Barão de Marajó, nasceu no Pará em 1832, filho de um oficial de marinha portuguesa. Foi bacharel em Filosofia pela Universidade de Coimbra (1848-1853) e, também, em Matemáticas. Em 1867, foi Presidente da Província do Amazonas e, em 1879, Presidente da Província do Pará. Entre outros cargos, foi sócio da Academia das Ciências de Lisboa e Director do Museu Paraense Emílio Goeldi. Faleceu em Lisboa em 25 de Novembro de 1906 (Barata e Bueno, 2001).

Tendo permanecido por décadas na reserva técnica e sujeita a diversos factores de degradação, incluindo os procedimentos antigos de desinfestação química, a peça foi estabilizada e parcialmente restaurada, pelo Laboratório Central do Instituto José de Figueiredo em Lisboa, entre 1988 e 1990 (Relatório I. J. F., 1990). Após vários estudos e ensaios prévios, testes em amostras de pergaminho e em pele de ave mumificada, os técnicos daquele Instituto optaram por três etapas fundamentais conducentes à realização da intervenção: limpeza e consolidação do cabelo com Plextol B 500 (emulsão aquosa) e um agente molhante (Lissapol N); limpeza e consolidação das penas e das cordas com uma solução de Nylon solúvel (Calaton CB) e tricloroetileno, por apresentarem sujidade e presença de cristais, provavelmente PDB (paradiclorobenzeno), utilizado anteriormente na sua conservação; limpeza da pele e solução dos problemas inerentes à sua destruição parcial por factores físicos e pela acção de insectos. No processo de conservação foram feitas impregnações com PEG (polietileno glicol) e a colagem dos rasgões e integração das lacunas existentes foram parcialmente substituídas por uma membrana feita com intestino de vaca previamente tratada. No final do tratamento, foi utilizada uma solução de PEG 600 à qual foi adicionada 0.1% de Panacide por todo o rosto para uniformizar o aspecto da pele e como preventivo ao ataque por bactérias e fungos. Durante este trabalho, optou-se por não restaurar completamente a peça, deixando-se abertas algumas fracturas da pele, através das quais pode ser examinado o interior do objecto, respeitando os princípios de intervenção mínima, discernibilidade e reversibilidade. Desde então a cabeça tem sido protegida das poeiras e dos raios ultravioleta por uma caixa concebida em vidro anti U.V. (Ultra Violeta), condicionada a H.R. (Humidade Relativa) de $55\% \pm 5$ e, temperatura de $18^\circ \text{C} \pm 2$, sendo ainda minimizado o seu deslocamento e manipulação.

Esta cabeça não é peça única em Portugal. Uma cabeça troféu mumificada pelos índios Munduruku encontra-se no acervo do Museu de Arqueologia de Lisboa (n.º 8362). Apresenta vestígios de tatuagem, órbitas preenchidas com resina, e tem cabelos muito compridos sendo amplamente ornada com um diadema de plumária, friso de dentes, pinturas de contas e flores de penas coloridas (Oliveira *et al.*, 1986). Outros dois exemplares estão conservados na Casa Municipal da Cultura, Solar Condes de Resende, em Vila Nova de Gaia, ambos objectos que constam do inventário do material Indígena Brasileiro da Colecção Marciano de

Azuaga. O primeiro, referenciado com o n.º 1345/07, foi descrito em 1904 como “Cabeça de índio «Mendrucu» mumificada da América” (Fausto, 2000:114). Os globos oculares deste exemplar foram preenchidos com resina e dentes de roedor, a boca entreaberta com pendentes franjados de fios de algodão, a cabeça com cabelos longos adornada com grandes pendentes plumários nas orelhas e tonsura. O exame efectuado pelo Instituto de Medicina Legal do Porto em 1994 concluiu que a cabeça corresponde a um indivíduo de idade não superior a 20 anos e propõe que, pelas características craniomorfas trata-se de um indivíduo do sexo feminino e europeu (Pereira, 1995). A outra cabeça mumificada, referenciada com n.º 1346/08, possui o frontal pintado de amarelo e a restante face em vermelho, cabelos curtos, enfeites plumários nas orelhas e franjas de fios de algodão pendendo da boca entreaberta, apresentando tonsura. Segundo a peritagem do Instituto de Medicina Legal, na mesma data, corresponderia, «a um indivíduo adulto de idade superior a 25 anos ... do sexo masculino. Pelas características craniomorfas trata-se de ... um índio americano» (Pereira, 1995:85). Apesar de na obra publicada por Ferreira (1971), citada por Hartmann (1991), os Munduruku da área Tapajoz-Madeira merecerem pouco destaque, foi conseguida uma recolha etnográfica significativa e representativa em artefactos, nomeadamente no tocante a ornamentos de plumas que os celebrizaram. Toucados, coifas e diademas fazem, hoje, parte do espólio do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra. Sabe-se, também, que a mesma embarcação que levava a equipa de Portugal para o Brasil, regressara a Lisboa com uma *cabeça do Tapuya* para ser oferecida ao Real Gabinete. Desta cabeça troféu não se conhecem mais informações nem qual o seu destino.

O presente estudo, disponibilizando descrição e identificação detalhada do exemplar de Coimbra, integrando as características bioantropológicas e etnográficas, pretende contribuir com novas informações sobre este tipo raro de peças antropológicas, complementando, assim, o seu conhecimento hoje existente.

Mundurukus e cabeças troféus

O grupo Munduruku é uma etnia amazónica, falante da língua Munduruku, mas acredita-se que a sua origem esteja nos Andes, de onde teriam

sido deslocados para as “Terras Baixas”, progressivamente se tupinizando pelos contactos com grupos de língua Tupi. Essa denominação tribal não corresponde à sua autodenominação, que era *Wuy jug u*. Munduruku, ou Mundurucu (formigas vermelhas), denominação possivelmente dada a este grupo pelos Parintintin no século XVIII, numa alusão à ferocidade com que atacavam em grande grupos os seus inimigos. Outras denominações conhecidas são Weydeyene, Paiquize ou Paiquicê (caçadores de cabeças), Pari, Caras-Pretas (pelas suas tatuagens) e Kuruaria (Leopoldi, 1979; Menéndez, 1992).

Os primeiros registos que se conhecem referentes aos índios Munduruku, datam de meados do séc.XVIII, são mencionados pelo Padre José Monteiro de Noronha, Vigário Geral do Rio Negro, no seu diário de viagem redigido em 1768, encontrando-os nos bancos do rio Maué, tributário do rio Madeira: «*Neste furo (Arariá) desembocam os rios Abacaxis, Canumá e Maué, o qual é habitado de muito gentio, cujas nações são: sapupé, comani, aitouariá, acaraiuará, brauará, uarupá, maturucu, curitiá*» (Santos, 1995:7).

Originariamente parecem ter vivido em terra firme entre os rios Madeira e Tocantins. Nessa época eram descritos como audaciosos guerreiros que avançavam sobre os territórios entre os referidos rios, fazendo a guerra. Entre os séculos XVIII e XIX os Munduruku estavam entre os quatro grupos que dominavam o território entre os rios Madeira e Tapajós, o qual por esta razão chegou a ser chamado por Aires de Casal *Mundurukânia* (Coudreau, 1977).

Conhecidas desde 1770, as guerras dos Munduruku constituíam um padrão cultural que já ocorria antes do contacto e delas tomavam parte tanto homens como mulheres, sendo essas lutas acirradas pelos movimentos forçados de grupos indígenas após o contacto (Menéndez, 1992). Chamados por Spix e Martius (1981) de espartanos, partiam regularmente em suas campanhas guerreiras, durante as quais roubavam mulheres e crianças e traziam os troféus de cabeças inimigas, comportamento apoiado pelos colonizadores após a aliança com este grupo. Os assentamentos na região tiveram problemas sucessivos até que em 1795 uma força militar portuguesa estabeleceu definitivamente a paz na região, embora a actividade guerreira e a caça de cabeças de tribos inimigas se tenha prolongado até final do século XIX, quando a população era cerca de 7.000 índios. As missões carmelitas e franciscanas, a política colonial de escravização e as “guerras justas”, respondem pela intensa transformação sócio cultural e redução demográfica dos Munduruku (Menéndez, 1992).

Tal como os Jívaro do Equador, os índios Munduruku ficaram famosos pelo hábito de caçar e mumificar cabeças humanas obtidas nas longas campanhas de guerra mantidas contra tribos rivais. As cabeças, degoladas no campo de batalha, eram prontamente mumificadas, passando o seu portador a acompanhar-se delas a maior parte do tempo, exibindo-as em rituais comunitários e públicos. Após cinco anos, durante os quais eram submetidas a ritos, perdiam o seu valor simbólico, podendo até mesmo ser descartadas ou trocadas. Usando os mesmos conhecimentos de mumificação também preparavam cabeças, ou outras partes do corpo, dos Munduruku mortos em batalha que, assim, podiam ser trazidos dos locais distantes onde estavam, para serem homenageados e depois sepultados nas próprias aldeias (Ihering, 1907). Tinham como inimigos tradicionais os Parintintin, os Mura, os Maué, os Arara e os Apiacá. Ao atacarem as vilas, matavam homens adultos, poupando crianças e mulheres, levando-as como cativas para as suas aldeias. As crianças eram adoptadas e as mulheres casadas aproveitadas para trabalhar sendo, posteriormente, absorvidas pela comunidade. Embora guerreassem amplamente, os Munduruku preferiam eleger os Parintintin e os Apiacá para a caça de cabeças, poupando outros, o que deve explicar-se pelo complexo contexto simbólico que envolvia as cabeças-troféu (Santos, 1995).

Segundo dados etnográficos (Rodrigues, 1882b), os Munduruku caracterizavam-se por três perfurações no pavilhão da orelha, onde enfiavam cilindros de madeira. Também se enfeitavam com adornos plumários na cabeça, designados por *aquiri* ou *aquiriaá*, considerados de grande beleza cromática. Tatuavam o rosto e o corpo a partir dos 5 anos de idade, de modo indelével, usando pigmento negro que denominavam de *será*. Segundo a descrição de Coudreau (1977:110):

«...munido de um ponteagudo dente de cutia, o pintor traça desenhos sobre o corpo da criança, que sangra, chora e geme. Sobre os pontinhos vermelhos que constituem a linha aplica-se o suco de jenipapo. Este suco é indelével e sua cor azul escura não se apagará jamais. O trabalho é lento, deixa-se cicatrizar as primeiras feridas e depois se prossegue. É a pintura final de tal modo complicada que somente quando a pessoa chega aos vinte anos que tem fim o seu suplício».

Desta forma, grande parte do corpo e do rosto dos homens e mulheres adultas apresentava-se tatuado com desenhos geométricos. São também

descritos como usando cabelos rapados à volta da cabeça como os monges beneditinos. Numa das aguarelas desenhadas pelos riscadores da Viagem Filosófica (Ferreira, 1971:110), é representado «*um Índio da Amazônia vestido com tururi*», exibindo um penteado com tonsura, também observada numa mulher e numa criança Munduruku reproduzidas por Hercule Florence (Menéndez, 1992:283). Esta tonsura, deixando uma espécie de coroa ou roda de cabelos na parte superior da cabeça, no meio de uma área rapada, é observada em grande parte das cabeças troféu Munduruku. Segundo Hart (1885, citado por Ihering, 1907), seria um corte de cabelos aplicado à cabeça já durante o seu preparo, imitando o corte usado pelos próprios Munduruku. Apesar de sua peculiaridade, este tipo de corte de cabelo não era exclusivo dos Munduruku, tendo sido documentado em diferentes grupos indígenas do Brasil, inclusivé nos do tronco linguístico Macro-Jê, como os Kayapó Iraã Mrayre, do Pará (Turner, 1992). Quanto ao modo como estas cabeças eram preparadas existem alguns relatos, por vezes algo controversos. Segundo a descrição de Spix e Martius (1981) eram inicialmente arrancados os dentes do morto, seguindo-se o esvaziamento do conteúdo craniano, retirados os olhos, a língua e as partes musculares. Depois as cabeças eram lavadas e secas em fumeiro, untadas com óleo de urucu (*Bixa orellana L.*) e deixadas ao sol até que estivessem totalmente mumificadas quando, então, eram preenchidas com algodão e adornadas. Uma fieira de algodão e um cordão em anel mais longo pendiam da boca. Tampões de cera convexos, sobre os quais eram colocados horizontalmente dentes de roedor, vulgarmente de paca (*Agouti paca*), cobriam as órbitas. Embora em algumas cabeças sejam vistos tampões de cera também sobre a boca e o nariz (Aufderheide, 2003), não se encontrou referência a este detalhe de preparação na literatura. Os dentes retirados eram guardados para a confecção de cintas em algodão, usadas nos rituais subsequentes. Menget (1996) acrescenta que o tomador da cabeça, intitulado *Dajeboishi* “mãe do queixada”, ou espírito soberano, gozava de privilégios e recebia alimentos da tribo, tendo também que atender a restrições alimentares, as quais só eram suspensas no final da última cerimônia quando o troféu era descartado e o guerreiro podia retomar uma vida sem restrições alimentares e sexuais. A primeira festa realizada em função das cabeças dizia respeito ao valente guerreiro vencedor e, a segunda, à confecção da cinta de algodão ornada com os dentes retirados da cabeça inimiga, fabricada no ano seguinte ao da caça, distinguindo aqueles que, embora

vencedores, tivessem ficado feridos ou falecido em combate representados, neste caso, pelas suas viúvas. O portador do *pariua-á* (cabeça troféu) tinha privilégios que duravam cinco anos, isto é, o tempo estimado entre a guerra e a festa do *pariuate-ran* (inimigo-cinta). Nesta festa, a caçada era revivida e pessoas de clãs opostos ao do matador simulavam os inimigos, inclusive usando os seus cortes de cabelo. Terminada a festa, as cabeças eram desprezadas (Rodrigues, 1882c). A importância social dos guerreiros era medida pela quantidade de cabeças caçadas, pelo que os portadores de dez cabeças chegavam a poder pleitear a posição de *tuxaua* (chefe). Deste modo, ainda conforme Menget (1993), a cabeça do inimigo tinha uma posição focal no sistema ritual, fortemente associado à sexualidade, rivalidade, procriação, segmento etário entre outras categorias socioculturais.

Baseado na obra de Murphy (1958), *Mundurucu Religion*, Schoepf (1985) relata que o objecto passava ainda pela chamada “decoração das orelhas”, na qual eram feitos e montados os pendentes de penas, peças mestras do seu tratamento, as quais deveriam ser fixadas apenas por membros de um determinado clã. Isto significava a introdução da cabeça no clã do seu matador, num dos três clãs Munduruku: Ariricha ou branco, cujas penas dos adornos eram predominantemente amarelas, Iasumpaguete ou preto, cujas penas eram predominantemente azuis, e Ipapacate ou vermelho, cujas penas eram vermelhas (Rodrigues, 1882a). Desta forma, pela cor predominante nos adornos, que não podiam ultrapassar o comprimento dos cabelos (Menget, 1993), identificava-se o clã do matador.

Grande parte das cabeças que integram colecções de museus procederam de um florescente comércio de trocas estabelecido após o contacto, no qual estes troféus passaram a ter um papel de destaque no século XIX. Estes, como outros tipos de materiais exóticos, eram grandemente valorizados, destinando-se a Gabinetes de Curiosidades, colecções particulares ou públicas, onde seriam estudados e passariam a compor acervos, como o que aqui se descreve.

Análise do exemplar do Museu Antropológico de Coimbra

Todo o conjunto mostra uma peça autêntica, cujas alterações resultam da degradação sofrida ao longo do tempo e das intervenções a que foi sujeita, tendo em vista a sua estabilização e integridade física (Figuras 1 e 2).



Figura 1. Cabeça mumificada do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Br. 83), antes do restauro efectuado em 1990.



Figura 2. Cabeça mumificada do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Br. 83), depois de restaurada.

Trata-se de uma cabeça completa, com mandíbula articulada e firmemente presa à articulação. Mantém mais de 90% da pele original, bem como parte dos cabelos. Exibe adornos auriculares na forma de grandes brincos, feitos de penas e borlas de fios de algodão, ligeiramente diferentes à esquerda e à direita. Mantém a boca fechada, preenchida por uma feira volumosa de cordões de algodão de onde pende um cordão em alça pelo qual a cabeça era suspensa. Os cabelos mostram-se curtos, pela destruição dos fios, severamente afectados pela acção dos insectos. Todos os dentes erupcionados, à semelhança de outros exemplares, foram extraídos. A fenotipia deste indivíduo é amazónica.

As dimensões actuais do cabelo variam de alguns milímetros a cerca de 3 cm. Na parte posterior e inferior do crânio estão mais curtos e mesmo ausentes, onde a pele também se apresenta mais clara. Grandes falhas de cabelo aparecem no lado esquerdo e direito e, falhas menores, entre as mechas ao redor de toda a cabeça. Por esta razão, o corte do cabelo parece irregular, estando mais longos nas partes posteriores e no alto da cabeça. Esta perda de cabelos e o corte irregular podem estar associados ao período de infestação da peça por insectos. Na parte anterior do crânio, onde o contorno do cabelo está melhor preservado, pode ser vista uma forma peculiar de tonsura, em que todo o cabelo a partir da testa foi rapado, vendo-se ainda os folículos pilosos no couro cabeludo, no seu implante original. A área rapada corresponde a uma superfície circular que se estende da raiz dos cabelos sobre o frontal até à região coronal, produzindo um efeito ilusório de aumento de tamanho da face. No centro da área rapada há um círculo, medindo cerca de 3 cm de diâmetro, onde foram mantidos os cabelos, embora cortados muito curtos (pouco mais de 5 mm). Esta área circular foi recortada a partir do limite do implante frontal dos cabelos, na linha média, formando aproximadamente o centro da área calva que domina a feição anterior do indivíduo.

As sobrancelhas também se encontram rapadas, os cílios não estão presentes e não há sinais de pêlos faciais (barba e bigode) os quais, sendo naturalmente escassos nestes indivíduos, eram também sistematicamente arrancados em vida e inexistentes, provavelmente, na ocasião do preparo deste troféu. Em toda a superfície da pele preservada da face e do pescoço não há sinais de tatuagem. O escurecimento difuso da base pode ser associado à exposição em fumeiros.

As pálpebras foram substituídas por uma membrana feita com intestino de vaca utilizada na reposição de partes perdidas, o que forma uma área clara na região dos olhos, lembrando uma pequena máscara (Relatório do I. J. F., 1990). Tendo sido feita com base na reconstituição da forma da pele original, permite verificar que as pálpebras se encontravam abertas, ainda que estreitas. As dimensões dos olhos parecem um pouco reduzidas, possivelmente devido à contracção sofrida pela pele mumificada e à retracção por desidratação dos globos oculares, não se projectando na face. Curiosamente na face, ao contrário do que descrevem Spix e Martius (1981), podem ser vistos os globos oculares, os quais não tendo sido retirados, encontram-se reduzidos e posicionados anteriormente. Os olhos mantêm os halos coloridos remanescentes das íris e a superfície da esclerótica, centralizados pela esfera do cristalino, bilateralmente. Também de ambos os lados, manchas escurecidas e circulares cobrem a área original da pele remanescente sobre as órbitas demarcando, de maneira mais ou menos regular, a região dos olhos. Na maior parte das cabeças documentadas, as pálpebras são cobertas por tampões circulares e convexos de cera, sendo provável que as marcas escuras sobre a região dos olhos do exemplar do Museu Antropológico de Coimbra sejam resquícios de cera, possivelmente desprendida, que formaria os olhos artificiais.

Manchas de material escuro são vistas também na área do couro cabeludo e noutras partes da peça, parecendo ter coberto originalmente toda a cabeça durante a fase de preparação do troféu, correspondendo, eventualmente, a resíduos secos e escurecidos de óleos utilizados na mumificação. Não há resíduos de cera visíveis sobre os ossos, na pele à volta da boca ou nos lábios, mas a retracção observada tanto no superior quanto no inferior, mantendo tais estruturas afastadas do plano ósseo, sugerem um espaço que foi originalmente preenchido, podendo ter existido o tampão da boca.

No lado esquerdo, paralelamente ao bordo superior do arco zigomático, observa-se uma fractura na pele, cujas extremidades se fecham progressivamente, caracterizando uma abertura maior na parte intermediária. Sobre esta fractura há uma pequena placa de cera escura, aparentemente original, parecendo fixar a rotura da pele. O conjunto mede pouco mais de 1 cm.

Bilateralmente observam-se grandes e volumosos adornos auriculares compostos por borlas de fios de algodão brancos e amarelados, aos quais foram amarrados outros cordões entrançados do mesmo material,

decorados apenas na parte central, com os atilhos suspensos na parte de trás da cabeça. No lado direito, tufo de penas amarelas com alguns laivos esverdeados (18 x 8 cm) e, no esquerdo, tufo de penas pretas, vermelhas e amarelas (21 x 6 cm), ornava o conjunto. As penas são de coloração natural, possivelmente de papagaios e tucanos, com as pontas ligeiramente aparadas, amarradas por nós sucessivos a vários cordéis ao longo das ráquis, permitindo não só manter as plumas equidistantes mas, também, uma maior resistência de fixação. Apesar da parte superior dos pavilhões auditivos, ou conchas auriculares, já se encontrarem destruídos, os lobos estão preservados. As feiras de cordões, formando um enovelado grosso, atravessam uma grande perfuração existente em cada um dos lobos auriculares. Tais perfurações, pelo seu contorno arredondado e íntegro, eram exibidas, já em vida, pelo indivíduo. À esquerda e à direita, na região temporal, há duas pequenas massas de material resinoso aderidas à pele da cabeça e colocadas, presume-se, para fixar e prevenir um maior desprendimento do pavilhão auditivo correspondente.

O nariz, de estrutura óssea baixa e de pequeno tamanho, mostra-se comprimido na parte cartilaginosa, deixando ver as narinas bem abertas e frontalizadas, sem sinais de deformidade ou trauma. Aqui também a forma do contorno nasal sugere que originalmente possam ter tido preenchimento, tal como em outras peças intactas. Os malarres fazem uma grande saliência sob a pele desidratada e fortemente distendida o que talvez justifique a rotura na pele, observada sobre o zigoma esquerdo.

A boca encontra-se aberta, numa expressão cuidadosamente modelada, com o lábio superior muito adelgado, ligeiramente elevado e retraído, de modo a mostrar o maxilar superior, projectado anteriormente. Este maxilar tem o bordo alveolar com fracturas que tornam o seu contorno irregular. Os alvéolos vazios podem ser vistos tanto no espaço entre os lábios, como através das fendas existentes na pele. O lábio inferior, também retraído, está coberto pelo tufo de fios de algodão que sai do interior da boca, projectando-se o franjado externamente cerca de 13 cm e, o cordão para suspensão da cabeça, 27 cm. Ao levantar este adorno percebe-se que o lábio inferior, da mesma forma que o superior, está afastado do maxilar, dirigido para baixo. Nos lábios, ao contrário do observado nas orelhas, não se encontram marcas que pudessem decorrer de perfurações para o uso de adornos labiais. Chama à atenção o aspecto da feira de algodão que, não apresenta resquícios de cera, mostrando-se muito pouco

manchada e sem materiais aderidos, ao contrário do esperado se tivesse sido submetida a longo manuseio. Na pele à volta da boca, fracturas laterais decorrentes das alterações de preservação da peça, partem das comisuras labiais em direcção à base da orelha, sendo maior no lado direito, onde se estende ao longo de toda a face chegando quase à região auricular. Através dessa fractura é possível visualizar a mandíbula, expondo praticamente todo o corpo. No lado esquerdo a fenda é de menores dimensões tendo sido parcialmente restaurada. O exame da boca chama também a atenção para uma placa de material não calcificado, talvez pele endurecida, em forma de lâmina, que se encontra no lado esquerdo fixada entre o maxilar e o lábio superior. A mandíbula encontra-se perfeitamente articulada, na sua posição anatómica e, a parte inferior da peça é formada por uma base de pele perfeitamente lisa e ajustada. Observada pela norma inferior (Figura 3), a cabeça mostra a pele cortada regularmente ao nível do pescoço. Os bordos do corte, aproximados pela contracção da pele durante o processo de mumificação, mostram-se próximos da base óssea do crânio, fechados em torno do buraco occipital. Desse modo, a pele ajusta-se em torno da mandíbula ajudando a fixá-la na sua articulação



Figura 3. Cabeça do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Br. 83), observada pela norma inferior.

anatômica. Há uma pequena fratura no lado direito, onde se perdeu o contorno original de pele. Esta falha, que também não foi restaurada, parece recente, tendo os bordos mais claros que a superfície ao redor, podendo ter ocorrido por manipulação ao colocar-se a peça no suporte. Na área onde não há pele pode visualizar-se a parte basilar do occipital, o contorno completo do *foramen magnum* e os côndilos adjacentes. No contorno do buraco occipital não há sinais de modificação acidental ou intencional mostrando que, se esta cabeça tal como outras, esteve suspensa num bastão, não houve dano na parte óssea. Tanto a forma do buraco, como a superfície dos côndilos occipitais, mostram morfologia normal.

O conjunto do crânio é grácil e a mandíbula delicada, como por norma ocorre em populações amazônicas mas, o triângulo mental marcado, sugere que o sexo possa ser masculino.

O exame radiológico efectuado no Instituto Nacional de Medicina Legal, Delegação de Coimbra (Figura 4), foi feito num aparelho marca, General Eléctrica Genetron 650, tendo-se utilizado filme do tipo Agfa 30 x 40, écran amarelo, filme azul, doses de 65kV 100mA 20s/sem grelha, com a distância focal de 100 cm aproximadamente, ântero-posterior e oblíqua.



Figura 4. Radiografia de perfil esquerdo, da cabeça mumificada do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra (Br. 83).

Como a peça foi previamente embalada e envolvida em papel *acid-free*, espuma de nylon e *etafon*, para minimizar os riscos durante a manipulação, o filme foi posicionado em contacto com o embrulho e não com a peça. Foram empregues três incidências: ântero-posterior, perfil esquerdo e perfil esquerdo rotacionado para visualização da área temporal.

O exame destas imagens confirmou tratar-se de um indivíduo grácil, com os ossos do crânio pouco espessos, marcas de inserções musculares ténues, contorno simétrico e regular, trajectórias vasculares das meninges bem visíveis, rectilíneos e normais, suturas cranianas não obliteradas, estrutura óssea da face simétrica. Mastóides pneumatizadas e seios pequenos. Os alvéolos, com contornos apicais normais, indicam que não havia processos patológicos dento-alveolares severos, mas mostram irregularidades no contorno do bordo alveolar, onde faltam partes, o que é coerente com as fracturas observadas no exame directo da peça. Tais fracturas foram causadas, certamente, pelo arrancamento traumático dos dentes *post mortem*, parte do ritual.

Um pequeno elemento radiodenso, em forma de V, pode ser visualizado radiologicamente, sob o maxilar inferior no lado esquerdo. Pela forma parece uma parte anatómica deslocada mas, talvez seja um objecto associado às fieiras de algodão colocadas na boca ou introduzido durante as diversas deslocações e intervenções a que a peça foi sujeita.

O principal elemento evidenciado pelas radiografias foi a existência bilateral dos terceiros molares, tanto inferiores quanto superiores, ainda inclusos. Os referidos dentes mostram um desenvolvimento mínimo das estruturas radiculares, mantendo a sua posição anatómica normal, com as coroas ao nível do rebordo alveolar. Esta observação indica que estes dentes ainda não haviam erupcionado e, portanto, este indivíduo provavelmente não era adulto, encontrando-se na faixa entre 16 e 20 anos (Ubelaker, 1989). Esta observação é corroborada pela delicadeza da ossatura craniana e pelo aspecto das suturas e das impressões arteriais meninges na tábua interna do crânio, explicando em parte a sua estrutura grácil, mesmo que o sexo possa ser masculino.

Não há sinais radiológicos de fracturas ósseas ou outros indicadores de trauma, doença ou condição de stresse fisiológico. A área de pele fracturada acima do arco zigomático esquerdo não tem correspondência com lesão óssea, o que confirma tratar-se apenas de rotura da pele distendida pela mumificação e ressecção.

O contorno da pele mumificada aderida ao esqueleto pode ser visto claramente na radiografia de perfil. Da mesma forma, pode verificar-se que as feiras de algodão que se projectam para fora da boca também preenchem totalmente o espaço interno, entre os maxilares e a mandíbula, tendo sido profundamente calcadas e fixadas no interior da peça. No interior do crânio, por outro lado, não se evidenciam restos do material de preenchimento original, muito embora, na descrição da preparação das cabeças esteja descrita a colocação de algodão e de penas no seu interior.

Discussão: dificuldades na análise e interpretação final

A análise de peças etnográficas doadas aos Museus, em geral desacompanhadas de dados científicos, é um desafio por vezes intransponível. Tendo apenas referências ligeiras quanto à proveniência, o nome de um doador e uma data de entrada na colecção, tal como no caso deste exemplar, as instituições ficam privadas de informações para melhor conhecer e divulgar os seus acervos. No caso da cabeça Munduruku, tendo por objectivo principal a análise do objecto musealizado, partiu-se do documento que a acompanhou e da sua análise empírica, procurando elucidar algumas questões. Numa sequência analítica e crítica, foram confrontados os dados obtidos, o conteúdo documental e a literatura, de modo a excluir interpretações implausíveis e propor interpretações mais prováveis, num exercício interdisciplinar. Novas questões surgiram ao longo da revisão da bibliografia e da comparação com objectos similares, enriquecendo o processo de trabalho.

Tal como citado no início deste texto, no documento que acompanhava a peça lê-se inicialmente: «*Cabeça mumificada pêlos índios Mundurucús*». O exame anatómico do objecto, suficientemente conservado, confirmou tratar-se de uma cabeça humana. Todos os detalhes analisados, materiais e a forma como foi preparada, fenotípia, corte de cabelo e adornos associados, coaduna-se com o encontrado noutros objectos Munduruku e o descrito pelos diferentes autores consultados.

Mencionando a prática guerreira destes índios, o mesmo documento descreve: «*os Mundurucús logo em seguida a uma batalha degolam a cabeça de um inimigo e mumificão-a, conservando-a como trophéu de guerra*». Desta frase depreende-se que tal cabeça não seria, a princípio,

de etnia Munduruku, a menos que *um inimigo* pudesse incluir, tal como entre os Jívaro, os indivíduos da mesma etnia, moradores em diferentes aldeias ou malocas. Portanto, uma questão a elucidar na análise do objecto foi a etnia à qual pertenceria a cabeça. O exame do objecto mostra adornos na forma de borlas de penas em ambas as orelhas, artefactos tipicamente Munduruku, além de uma tonsura de cabelo que, tal como citado por Ihering (1907), é associada a este mas também a outros grupos. Desta forma, o exame da cabeça mostra dois sinais de identidade étnica que podem identificá-la como Munduruku. Acrescente-se a isso que, muito embora a mumificação de cabeças fosse em geral praticada nos inimigos, a literatura refere que seria, também, utilizada para a preservação de cabeças dos próprios guerreiros quando caíam em campo de batalha. A este respeito diz Ihering (1907:191): «*Não é esta no entanto a única razão para o preparo das cabeças mumificadas, sendo outra o desejo de levar à aldeia a cabeça de um guerreiro sucumbido em combate, que ali se torna objecto de veneração*», e que é afinal enterrada na própria cabana, depois de decorrido certo prazo convencional, e segue o mesmo autor (Ihering, 1907:191-192), citando M. A. Gonçalves Tocantins (1877):

«Quando em uma dessas frequentes guerras sucede que um Mundurucú é morto em combate, seus companheiros cortam-lhe a cabeça e a fazem mumificar pelo processo conhecido. Regressando à aldeia colocam-na em um lugar reservado, assim como as armas, a busina e os ornatos que pertenceram ao guerreiro defunto. Esta relíquia torna-se objeto de veneração pública. Se passa algum Mundurucú das aldeias vizinhas vai visitá-la e rende-lhe o culto devido, chorando e lamentando a morte do finado. Na aldeia natal preparam-lhe honras públicas, fixam de antemão a época e fazem convites às aldeias vizinhas. Estas festas fúnebres duram mais de um dia. Celebram uma em cada um dos quatro primeiros anos que se segue a morte do guerreiro. A festa do quarto ano termina pelo enterro da cabeça dentro da casa onde habita a família do guerreiro defunto. Abrem uma sepultura em sentido vertical e nella enterram a cabeça, em cuja honra se celebram as festas».

Tais informações, já mencionadas noutras referências bibliográficas, obrigam a considerar a hipótese de esta cabeça poder pertencer a um indivíduo de etnia Munduruku. Mas, ainda sobre esse tema, diz Ihering (1907:196):

«Parece de fato que cabeças provenientes de guerreiros Mundurucús nem como presentes nem vendidas passam a mãos alheias. Não podem ser objeto de comércio, visto como são logo enterradas, ao passo que as dos inimigos, especialmente depois de perdido seu valor symbolico, podem ser dadas ou vendidas».

A hipótese deste exemplar ser uma cabeça de guerreiro Munduruku seria menos provável, perante a ênfase dada pela literatura no respeito e cuidado com que tais troféus eram tratados e, depois, sepultados. No entanto, dadas as condições desconhecidas de aquisição da mesma, tal suposição não pode ser totalmente excluída.

Embora a cabeça mostre adornos e corte de cabelo Munduruku, parte da preparação dos troféus de cabeças inimigas tinha como propósito inseri-las socialmente no clã do seu caçador, parte importante das trocas de identidade feitas no decorrer do ritual. A este respeito, lembra ainda Ihering (1907:193) em relação à tonsura, citando Hart (1885):

«Tratando-se deste modo de uma operação praticada em indivíduo já morto, não tem o mesmo valor anthropológico para o conhecimento da nacionalidade das cabeças mumificadas».

Já em relação aos adornos auriculares, no caso presente predomina a cor amarela, fazendo supor que, sendo inimigo, teria sido morto e preparado pelo clã Ariricha (Rodrigues, 1882a).

Ainda em relação ao corte de cabelo, lembram Dérobert, Reichlen e Campana (1975) que tais troféus podem ser encontrados com cortes de cabelo muito curtos à volta da cabeça, rapados na base do crânio, tal como descrito para o corte tradicional Munduruku, ou com cabelos longos. Embora tanto os adornos quanto a tonsura, chamada por Ihering (1907:193) *modelo Mundurucú*, não sejam elementos úteis à identificação étnica, a sua associação ao comprimento dos cabelos poderia ser, pois o corte Munduruku, muito curto, distinguia-se do utilizado pelos demais grupos com os quais lutava, segundo o exposto no início deste trabalho. Na cabeça do Museu Antropológico de Coimbra, a dificuldade adicional para uso deste critério foi a perda de cabelos que, embora não impedindo a confirmação do padrão de tonsura, impede o conhecimento do comprimento original dos fios. Como elemento adicional de análise, conside-

rou-se então o comprimento dos adornos auriculares cujo tamanho, de acordo com Menget (1996), respeitava a relação com o comprimento da cabeleira. Vindo estes adornos bem abaixo das orelhas, admitiu-se que o comprimento original dos cabelos, neste indivíduo, deveria chegar pelo menos à altura dos ombros. Sendo esta interpretação correcta, está excluída a possibilidade desta cabeça ser a de um Munduruku.

Como a identidade étnica é fixada no corpo não apenas na forma de adornos e cortes de cabelo mas, também, de modificações intencionais tais como tatuagens, pintura corporal e perfurações para colocação de adornos labiais, estes traços foram considerados como indicadores de etnicidade. As tatuagens indeléveis e abundantes em ambos os sexos e em todo o corpo seriam um carácter fortemente distintivo dos Munduruku. Como enfatiza Leopoldi (1979:92):

«The face, especially the male, were nearly totally tatoeed giving the appearance of a mask which extended to the jaws, chin and neck».

Os Parintintin, por sua vez, tinham o hábito de fazer alguns traços tatuados na face, o que também não se observa nesta peça. Mesmo após o processo de mumificação das cabeças seria possível encontrar estes vestígios, já que a secagem sob calor e a aplicação de óleo vegetal não apaga tais traços, como confirmado nos exemplares descritos para Lisboa (Fausto, 2000) e Rio de Janeiro, estes últimos examinados também pela primeira autora durante a realização do presente trabalho. Na peça de Coimbra, a ausência total de tatuagens excluiu, assim, a sua identificação como Munduruku ou Parintintin.

Outro carácter distintivo analisado foi a perfuração de lábios e orelhas. Spix e Martius (1981), entre outros, descrevem os Munduruku sem perfuração labial mas com perfuração no meio da concha auricular, enquanto os Maué perfuravam os lóbulos das orelhas, e os Mura perfuravam os lábios superior e inferior. Na peça em estudo, a perfuração auricular, pré-existente à mumificação, está localizada nos lóbulos das orelhas, não havendo sinais de perfuração labial.

A identificação étnica por estudos craniométricos, uma possibilidade sempre considerada antropologicamente, não chegou a ser tentada. É sabida a grande variabilidade intragrupal que dificulta muito a identificação de crânios isolados pois, como regra, os grupos humanos não se dis-

tinguem por traços morfológicos específicos mas pela frequência com que estes ocorrem na população. Acrescente-se, ainda, o facto exaustivamente documentado pela literatura etnohistórica dos roubos de mulheres e crianças, sendo este o objectivo principal das guerras. Aprisionadas e trazidas à aldeia, mulheres e crianças eram incorporadas ao grupo, tornando-se parte das famílias Munduruku. Deste modo haveria um intenso fluxo génico entre grupos e, talvez, devesse ser incluído ainda que em pequena escala, a participação de elementos de ascendência europeia. Curiosamente não foi encontrada nenhuma referência ao corte de cabeças de brancos, embora os ataques às vilas coloniais estejam repetidamente referidos, inclusivé justificando as sucessivas mudanças de localização de alguns assentamentos do século XVIII, como Santarém (Pará). Uma única menção à possibilidade de uma cabeça mumificada ser de um indivíduo europeu vem do estudo efectuado no Porto, publicado por Pereira (1995), sobre a colecção Marciano Azuaga. A referida peça foi considerada, a partir de características craniométricas como sendo muito grácil por isso, provavelmente, feminina e “branca” (Pereira, 1995:79). No caso da cabeça de Coimbra, todavia, não há elementos morfológicos que levem a tal suposição, sendo a sua feição tipicamente de índio amazónico.

No documento que acompanha a cabeça lê-se, também, que este era um acto voltado *ao inimigo*, sugerindo o género masculino para a cabeça. Um outro aspecto a ser esclarecido refere-se ao possível sexo do indivíduo pois, muito embora a bibliografia enfatize a caça de cabeças masculinas, há possibilidades de existirem troféus femininos. A respeito da existência destes últimos, diz Leopoldi (1979:90): «*When Tocantins visited the Munduruku village of Nicodemus in 1875 he saw – and was given – a female trophy head. Nevertheless the head owner, who had himself taken the head and prepared it, said that the woman had been slaughred by mistake*», a morte ter-se-ia dado acidentalmente, já que como visto anteriormente, mulheres e crianças valiam mais vivas e trazidas para a aldeia. Pertencendo o exemplar de Coimbra a um indivíduo jovem e sendo as etnias amazónicas em geral gráceis e pouco dimórficas, a distinção entre os sexos é ainda mais difícil, principalmente na falta de séries comparativas.

No que diz respeito à idade à morte, o exemplar de Coimbra tem a dentogénese incompleta, tal como um dos exemplares da colecção Azuaga, provavelmente, não tendo alcançado os vinte anos. A permanência dos dentes posteriores, especialmente se ainda inclusos, deve-se ao facto de a

extração dos dentes ser feita com instrumentos rudimentares, como facas de bambu, originando fracturas ósseas mas, também, à dificuldade em retirar as peças posteriores.

Um aspecto contraditório em relação à literatura, diz respeito à presença dos globos oculares que, de acordo com Spix e Martius (1981), seriam retirados no preparo inicial da cabeça. Neste indivíduo, estão bem preservados e posicionados, da mesma forma como observado pela primeira autora num dos exemplares do Museu Nacional do Rio de Janeiro, cujo tampão de cera havia sido deslocado por fractura da peça. Talvez esta seja uma variação da técnica. Pode também explicar-se pela falta de precisão na descrição etnográfica, já que muitas vezes eram feitas apenas a partir de descrições e relatos. Cabe verificar como se comportam as demais peças deste tipo em relação a esta característica, mesmo aquelas que possuem tampões de cera sobre as órbitas, o que seria possível através de estudos tomográficos.

Prosseguindo na análise, encontra-se uma contradição entre o documento e o descrito na literatura: *«Passão-lhe pelo alto da cabeça um longo cordão para trazê-la pendurada às costas ou a espetam na extremidade de um cajado ou lança»*.

Ao observar tais elementos na peça, não encontramos sinais de que algum tipo de pega no alto da cabeça a tivesse suspenso anteriormente, pelo contrário, encontra-se o cordão em alça, tradicionalmente referido, saindo da boca juntamente com a fieira de algodão, o que é coerente com o descrito para os troféus Munduruku. Admite-se, que o documento tivesse sido redigido por um leigo, confundindo a forma de pendurar estas cabeças com as cabeças reduzidas dos Jívaro, também amazónicas, estas sim, penduradas pelo alto.

Quanto à existência de bastão, o exame do objecto não mostrou indício claro de que tenha sido armado dessa forma, não havendo referência a tal bastão no acervo do Museu Antropológico de Coimbra. Porém, o fraturamento da pele na base do crânio pode sugerir que tenha sido montada, em algum momento, depois de preparada. Não há referências à quebra da base do crânio pelos Munduruku, tal como feito em troféus de outras etnias. Em conformidade com a bibliografia consultada, espetavam as cabeças num bastão ou lança através do buraco occipital, o que poderia não deixar marcas macroscópicas, pelas dimensões dessa abertura, ao redor de 3 cm de diâmetro, facto confirmado no presente caso onde o osso está intacto.

Aqui, também, a comparação com material existente no Brasil, feita pela primeira autora, ajudou a elucidar a literatura, uma vez que uma das cabeças ainda mostra o preenchimento original, formando estofado macio e fibroso que provavelmente servia de suporte para a fixação do bastão ou lança do guerreiro, quando assim desejado, sem que a estrutura óssea fosse afectada.

Finalmente, no mesmo documento, aparentemente a partir de von Martius, menciona que: «*Nada pode induzir o guerreiro a desfazer-se deste troféu antes de uma certa festa, depois da qual não lhe dá mais valor algum, sendo vendida ou mesmo lançada a um canto*».

Este trecho, esclareceria a origem do objecto sendo, portanto, esperado que o mesmo pudesse ter sido facilmente comercializado ou trocado no século XIX.

Curiosamente, o exame da cabeça mostra em dois pontos do objecto o que parece ser uma intervenção feita ainda no domínio tribal. Os pequenos blocos de cera no crânio, que parecem ter sido aplicados na área das orelhas, talvez para ajudar a fixá-las, e um pequeno bloco de cera fixado sobre uma fractura da pele na região lateral esquerda da face, colocada sobre uma rotura da pele que começava a abrir-se sobre o zigoma. Ambos os indícios sugerem uma peça preparada ou cuidada, de maneira preventiva, talvez com a finalidade de não se descaracterizar ou perder o seu valor ritual ou comercial. Da mesma forma, é de realçar a feira de algodão que sai da boca, não correspondendo a um artefacto longamente manuseado. Tanto a coloração como a textura é diferente do algodão que compõe os adornos auriculares sugerindo, por isso, material mais novo: terá sido substituído? A falta da cera na boca, o volume e a coloração do algodão patente nesta peça somam-se, sugerindo que este possa ter sido introduzido *à posteriori* para recompor uma peça já parcialmente descaracterizada.

Conclusões

Apesar das dificuldades de observação impostas pelo objecto, logramos excluir possibilidades interpretativas a partir da análise da peça e da literatura.

Embora possa mostrar algumas alterações, está suficientemente preservada para permitir afirmar que se trata de uma cabeça de indígena americano, tratada de acordo com as técnicas tradicionais conhecidas para

as mumificações feitas pelos Munduruku, grupo indígena amazónico que tinha como padrão cultural a preparação de cabeças troféu nas práticas de guerra e caça. Apesar de não ter sido possível precisar o grupo étnico a que pertenceu o indivíduo, excluiu-se a possibilidade de que o mesmo fosse Munduruku, Mura, Maué ou Parintintin, restando como hipótese que seja Apiacá, outro dos grupos mais caçados pelos Munduruku. Foi possível confirmar, ainda, que se tratava de um indivíduo com idade entre os 16 e 20 anos, provavelmente do sexo masculino, morto em guerra, e preparado com atributos específicos pertencentes ao clã Ariricha, possivelmente o mesmo de seu matador.

Sabe-se que, apesar da perda de cabelos pela acção dos insectos, aqueles devem ter sido relativamente longos e que na preparação da cabeça foi feita a tonsura característica. Contrariamente ao preconizado pela literatura, não foram extraídos os globos oculares nem os terceiros molares, estes ainda inclusos. Pressupostamente teria tido os característicos tampões de cera nos olhos, mas ou desprenderam-se ou foram retirados, o mesmo acontecendo na boca e narinas. Supõe-se que tenha sido modificada com aplicações de cera e com a colocação de uma nova fleira de algodão na boca, possivelmente antes de ser trazida para Portugal.

Cabeças troféu são o suporte material de estigmas e representações, associadas à condição guerreira dos Munduruku. O seu significado exige uma reflexão aprofundada entre matador – inimigo – vítima, relação que só poderá ser compreendida através dos rituais de transformação, colectivos e públicos, de apropriação simbólica e de alteridade, imprescindíveis aos ciclos de reprodução e renovação social do grupo.

O documento que acompanhou a peça, «*Off. por J. Coelho da Gama e Abreu, em 1855, aproximadamente*», informa sobre a incorporação nas colecções de Coimbra e permite a ilação de algumas das incongruências já citadas. Por outro lado, desconhece-se qual o autor da redacção do texto, uma vez que o termo *aproximadamente* sugere a oferta por um intermediário. Desconhece-se, também, se o exemplar se destinava especificamente ao Museu de Coimbra, quem foi o colector, em que circunstâncias, contextos e data foi adquirido e qual a sua proveniência exacta. São dados que se deixam por esclarecer, ainda que sejam de extrema importância para solucionar os desafios colocados pela presente análise científica.

No final, ainda que limitadas, as conclusões proporcionaram um corpo de conhecimentos novos sobre o acervo e perguntas que poderão

ser esclarecidas em estudos mais especializados do mesmo objecto e de outros semelhantes.

Agradecimentos

Aos técnicos e responsáveis pelo Serviço de Radiologia do Instituto Nacional de Medicina Legal, Delegação de Coimbra, cuja colaboração foi imprescindível. Aos técnicos da Divisão de Escultura do ex-Instituto de José de Figueiredo (actual Instituto Português de Conservação e Restauro), em Lisboa, agradecemos a colaboração e o trabalho de restauro realizado em 1990.

Bibliografia

- Aufderheide, A. C. 2003. *The scientific study of mummies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Barata, C. E. A.; Bueno, A. H. C. 2001. *Dicionário das famílias Brasileiras*. S. Paulo, Editora CAU Barata.
- Coudreau, H. 1977. *Viagem ao Tapajós (1895-1896)*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- Dérobot, L.; Reichlen, H.; Campana, J. P. 1975. *Le monde étrange des momies*. Paris, Pygmalion.
- Cunha, M. C. da 1992. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/Companhia das Letras.
- Fausto, C. 2000. Mundos de Paz e Violência. In: Brito, Joaquim P.; Abreu, Rogério *et al.*. *Os Índios, Nós*. Lisboa, Museu Nacional de Etnologia: 100-119.
- Ferreira, A. R. 1971. *Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá 1783-1792*. Vol. I, Geografia, Antropologia. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura.
- Hartmann, T. 1991. Catálogo. In: Areia, M. L. Rodrigues; Miranda, M. A. *Memória da Amazônia, Alexandre Rodrigues Ferreira e a Viagem Philosophica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuyabá, 1783-1792*. Coimbra, Museu e Laboratório Antropológico da Universidade de Coimbra: 105-263.
- Ihering, H. von 1907. As cabeças mumificadas pelos Índios Mundurucús. *Revista do Museu Paulista*, 7: 179-201.

- Leopoldi, J. S. 1979. *Brazilian amerindian contact: the Munduruku case*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Geografia e Antropologia. Oxford, University of Oxford.
- Menéndez, M. 1992. A área Madeira-Tapajós. Situação de contato e relações entre colonizador e indígenas. In: Cunha, Manuela C. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/Companhia das Letras: 281-296.
- Menget, P. 1993. Notas sobre as cabeças Munduruku. In: Eduardo V. de C.; Manuela C. C. (Orgs.). *Amazônia, Etnologia e História Indígena*. São Paulo, Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP/FAPESP: 311-321.
- Menget, P. 1996. De l'usage des trophées (Amérique du Sud). In: Cartry, M.; Detienne, M. *Destins de Meurtriers*. Systèmes de pensée en Afrique Noire, N° 14. Paris, École Pratique des Hautes Études: 126-143.
- Murphy, R. F. 1958. *Mundurucu Religion*. Berkeley, University of California Press.
- Murphy, R. F.; Murphy, Y. 1954. *As condições actuais dos Munduruku*. Belém, Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará (Publicação n° 8).
- Oliveira, E. V.; Pereira, B.; Pereira, R. 1986. Legendas. In: Oliveira, E. V. *Índios da Amazônia*. [Catálogo]. Exposição, Dez. 1986/1987. Lisboa. Instituto de Investigação Científica Tropical. Museu Nacional de Etnologia: 119-185.
- Pereira, A. S. dos S. 1995. *Mundurukús, Carajás e outros Índigenas do Brasil na Coleção da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia, Casa Municipal de Cultura, Sector de Acção Cultural.
- Relatório do Instituto de José de Figueiredo 1990. *Cabeça mumificada (Br. 83) do Museu Antropológico da Universidade de Coimbra*. Lisboa, datado de 21 de Setembro, assinado pela técnica de Conservação e Restauro da Divisão de Escultura, Gracelina Barros e, pela Chefe de Divisão de Escultura, Ana Paula Abrantes. [Não publicado].
- Rodrigues, J. B. 1882a. Tribu dos Mundurucus, trages. In: Moraes Filho, M. (ed.). *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. Rio de Janeiro, Typographia Pinheiro: 27-28.
- Rodrigues, J. B. 1882b. Tribu dos Mundurucus, cabeças mumificadas. In: Moraes Filho, M. (ed.). *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. Rio de Janeiro, Typographia Pinheiro: 39-40.
- Rodrigues, J. B. 1882c. Tribu dos Mundurucus, a festa da "Pariuate-ran". In: Moraes Filho, M. (ed.). *Revista da Exposição Anthropologica Brasileira*. Rio de Janeiro, Typographia Pinheiro: 45-46.

- Santos, F. J. dos (Org.) 1995. Dossiê Munduruku. Uma contribuição para a história indígena da Amazônia colonial. *Boletim Informativo do Museu Amazônico*, 5(8): 5-103.
- Schoepf, D. 1985. *L'art de la Plume, Brésil*. Genève, Musée d'Ethnographie.
- Spix, J. B. von; Martius, C. F. P. von 1981. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia – São Paulo, EDUSP (Coleção Reconquista do Brasil).
- Turner, T. 1992. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social de comunidades autônomas para sociedades interétnicas. In: Cunha, M. C. da (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, FAPESP/Companhia das Letras: 311-338.
- Ubelaker, D. H. 1989. *Human skeletal remains: excavation, analysis and interpretation* (2ª Ed.). Washington, D.C., Taraxacum.